

## EVOLUÇÃO DA MERCADORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL: CAMINHO SEM VOLTA?

### Evolution of the commercialization of private higher education in Brazil: the way without return?

Thiago de Melo Martins – UFSCar/Campus Sorocaba\*

**Resumo:** O crescimento de instituições de Ensino Superior privadas e geridas por grandes corporações de capital aberto, bem como o grande aporte feito por investidores estrangeiros em busca de alta rentabilidades e baixos riscos ao capitalizar as Universidades privadas brasileiras tem centralidade na discussão do presente artigo. Trata-se de uma pesquisa exploratória de cunho reflexivo, a partir de sustentação bibliográfica. Sabe-se que o crescimento exponencial do capitalismo traz como desafios o alcance de mais mercado e expansão da padronização ideológica de suas premissas. Tal discussão necessita de se debruçar sobre o quadro atual das economias dos Estados-Nação que transcendem o tradicional significado de fronteiras e territórios.

**Palavras-chave:** Ensino superior privado. Mercadorização. Internacionalização.

**Abstract:** The growth of private higher education institutions and managed by large publicly traded corporations, as well as the large contribution made by foreign investors in search of high profitability and low risks when capitalizing on private universities Brazil has centrality in the discussion of this article. This is an exploratory research of reflexive nature, based on bibliographic support. It is known that the exponential growth of capitalism brings as challenges the reach of more market and expansion of the ideological standardization of its premises. This discussion needs to focus on the current framework of the economies of the nation-states that transcend the traditional meaning of borders and territories.

**Keywords:** Private higher education. Commodification. Internationalization.

#### INTRODUÇÃO

O avanço de grandes corporações de capital aberto no Brasil vem aglutinando instituições privadas existentes, com recém-criadas e as estrangeiras atuando fisicamente como empresas instaladas. Instituições de Ensino Superior privado (IES) atualmente estão atuando como S/A, Sociedades Anônimas e ofertando ações em Bolsas de Valores. Grupos de investimento estrangeiro compram esses papéis e passam a controlar as IES nacionais. Assim ocorrem com os cinco maiores grupos de ensino superior do Brasil. Este texto analisa por meio de revisão bibliográfica de produções de pesquisadores sobre o ensino superior privado no Brasil, seu processo de mercadorização, ou seja, vendas e compras, e o movimento do capital estrangeiro em usar o Ensino Superior como um produto disponível do mercado. Tem por objetivo discutir as políticas de Educação Superior para a segunda década do século XXI, analisar o processo financeiro para além das fronteiras nacionais e inferir sobre os impactos da mercadorização do Ensino Superior.

O que chama atenção são os movimentos de aquisições desses grupos e como os mesmos reorganizam as IES, quanto à estrutura, demissões de professores mestres e doutores para a contratação de tutores e assim baratear os custos com recursos humanos. Otimização de recursos ao oferecer cursos à distância e oferecimento de mensalidades baixas para atrair mais estudantes, oriundos das classes mais populares em sua maioria. A Legislação é muito favorável a liberdade de negócios no ensino superior. Mediante a esse panorama se estabelece a indagação: de que forma a qualidade dos cursos do ensino superior privado foi contemplada mediante essa política educacional de abertura ao capital estrangeiro?

\*Mestrando em Educação pela UFSCAR Campus Sorocaba. Professor da rede municipal de ensino de Sorocaba. E-mail: [thiagomelomartins32@gmail.com](mailto:thiagomelomartins32@gmail.com).

## PANORAMA DAS POLÍTICAS PARA O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL

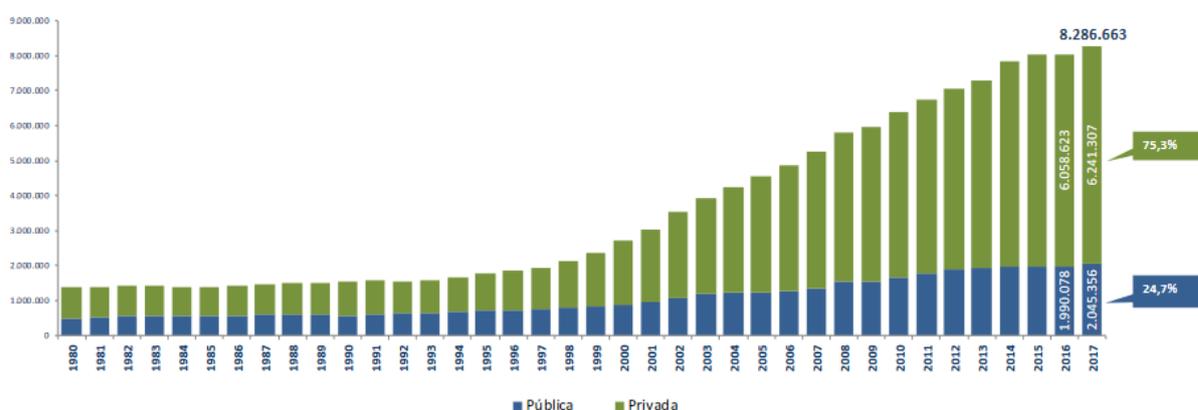
As décadas de 1980 e 1990 se caracterizaram pela expansão de cursos e vagas no setor privado em relação às Universidades Públicas. Tal fato já vinha ocorrendo desde o período da Ditadura, e abrangeu o reconhecimento da existência de instituições de ensino privado pela Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 209 a Carta Magna concede também às empresas privadas o serviço de educação. Com a condição de se cumprir com a legislação e serem avaliadas por sua qualidade pelo Poder Público. (BRASIL, 1988). A partir desse texto há amparo constitucional à operação de instituições privadas, mas nada explícito a respeito da lucratividade do setor. Tal ponto começou a ser delineado com a entrada em vigor da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em seu artigo vinte a LDBEN normatiza a existência de organizações privadas, dentre elas de cunho empresarial com finalidade lucrativa. (NEVES, 2002).

A lei 9870/1999 em seu artigo 9º autoriza a entrada em vigor da lei 9.131, de 1995 que Art. 7º-D. "As entidades mantenedoras de instituições de ensino superior, com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, deverão elaborar, em cada exercício social, demonstrações financeiras atestadas por profissionais competentes." (BRASIL, 1999, s/ p). Napolitano (2017) e Oliveira (2017) asseveram o aval dado à existência de instituições privadas e a partir do artigo 7º da LDB ocorreu o movimento de transformar as instituições em sociedades anônimas, abrir o capital nas bolsas de valores e o processo de internacionalização do investimento. Foi um marco no processo de mercadorização e expansão de grupos de capital aberto circunscritos ao mercado dos EUA e da Ásia. (CARVALHO, 2013). Após regulamentação, o início dos anos 2000 estava prestes a realizar verdadeira revolução em compras, aquisições e fusões das instituições privadas brasileiras. Até então, seus mantenedores pertenciam a grupos nacionais e famílias, muitas no ramo desde os anos de 1970.

A mesma lei 9.131/1995 regulamentou o funcionamento do Conselho Nacional de Educação. Dentre suas prerrogativas está a emitir pareceres e decidir de forma exclusiva e independente sobre os assuntos que lhe são pertinentes, cabendo, no caso de decisões das Câmaras, recurso ao Conselho Pleno. (MEC, 2019). Nesse ponto cabe a autorização do colegiado a abertura de instituições de ensino superior privado no Brasil. Ao final dos anos 1990, Napolitano (2017) narra sobre grandes embates sobre se a real função do conselho era debater questões pedagógicas ou somente uma espécie de cartório para a abertura de negócios educacionais. Membros de carreira desligavam-se de suas funções por discordarem da política mercantilista crescente.

No primeiro mandato do governo Lula (2003-2006) houve tentativas de regulamentar e limitar a presença do capital estrangeiro. A forma de operar ações negociadas na bolsa de valores permite inclusão de investidores de fundos externos em compras de ações nacionais. Bastava a instituição de ensino ser uma sociedade anônima, abrir seu capital e oferecer suas ações para compra. (OLIVEIRA, 2017). Instituições de ensino começaram a usar meios para enfrentar a forte concorrência desencadeada na década de 1990. A oferta de cursos diferenciados, com opção para curta duração e formação tecnológica tinha intenção de atrair mais alunos. Essas soluções de gestão foram consideradas de menor qualidade acadêmica. Havia interesse em suprir, primeiramente, demandas do mercado de trabalho com formatos presenciais, à distância, de extensão e pós-graduação lato sensu. (CARVALHO, 2013).

Houve ambiente favorável, como aumento da população em idade de acesso à graduação e melhoria de renda. Aliado a tais fatores havia políticas públicas do governo federal para aumentar o acesso ao ensino superior. Elas se deram pelo incentivo de programas como PROUNI (Programa Universidade para Todos) e FIES (Financiamento Estudantil). Dentro desse campo fértil o setor privado se mobilizou para crescer e aumentar sua oferta de vagas. (GIRARDI; KLAFKE, 2017). O gráfico a seguir expõe o salto das matrículas do ensino superior entre o ano 2000 a 2015.

**Gráfico 1.** Número de Matrículas em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa –1980-2017

Fonte: Inep (2019).

O crescimento robusto das matrículas se deu por ambientes e situações favoráveis e por grandes destinações dos orçamentos aos programas PROUNI e principalmente o Fies. Sampaio (2011) relata que as estruturas físicas, como prédios e propriedades, e os recursos humanos foram investimentos realizados pelas mantenedoras anteriormente a mudança da razão social das instituições, de privadas para com fins lucrativos. Condições estruturais tais que atraíram investidores internacionais. Alguns mantenedores viram também a oportunidade de profissionalizar e melhorar a gestão de seus grupos educacionais. Após legalização e organização das empresas educacionais começou o processo de fusões e aquisições entre instituições nacionais e estrangeiras. As de capital aberto recebiam investimento pela compra de suas ações e compravam outros grupos educacionais, verdadeiro canibalismo mercadológico.

Oliveira (2017) exemplifica o caso emblemático da fusão da Estácio de Sá e Kroton ocorrida em 2016, as líderes em número de alunos no Brasil<sup>1</sup>. Após a aquisição, a Kroton tornou-se a maior corporação educacional do mundo. Os fundos de investimento estrangeiros faziam parte de um terço do total do capital da empresa. Um dos grupos possuía cerca de 41 bilhões de dólares em ações. Em 2017 o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) vetou a fusão. Ribeiro (2017) aponta pelo site Infomoney sobre a grande concentração de mercado caso os dois maiores grupos do país se unissem. A decisão do Cade levou em consideração o processo de extinção da concorrência no país caso aprovasse tal negociação.

### PROCESSO FINANCEIRO DO ENSINO SUPERIOR: PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS NACIONAIS

A rejeição do casamento entre a Kroton e Estácio expôs os grupos acionários internacionais que as financiam. Oliveira (2017) apresenta o tamanho das participações de 46% da Estácio e 32% da Kroton. Eram dez grupos estrangeiros, somente um Fundo Coronation, da África do Sul, tinha 41 bilhões de dólares em ações. O grupo possuía o controle de 10,3% da Estácio e 4,5 da Kroton. Um grupo chamado Oppenheimer detinha 18% do capital da Estácio. Uma exemplificação da pulverização do mercado mundial com múltiplos participantes de várias nações. As maiores Instituições de Ensino Superior Privado de capital aberto no Brasil incorporam em seus grupos de investidores a presença de setores financeiros estrangeiros. Havendo sede no Brasil ou não, esses grupos educacionais fazem parte do processo de transnacionalização<sup>2</sup> do ensino com objetivo de obter lucro. (AZEVEDO, 2015).

<sup>1</sup>Oliveira (2017) cita os números impressionantes da negociação. A Kroton em 2016 já era o maior grupo educacional do mundo no setor privado. Contava anteriormente com 1,1 milhão de estudantes no território nacional, após a fusão iria para 1,6 milhão de estudantes abocanhando cerca de 30% do mercado nacional de ensino superior.

<sup>2</sup>Transnacionalização e internacionalização são termos confrontados por Azevedo(2015) e Napolitano(2017) para indicar o mesmo processo de mercadorização do ensino superior por grupos de investimentos em bolsas de valores.

A transnacionalização seria a oferta transfronteiriça de ensino, presencial ou a distância, por intermédio de organizações transnacionais de serviços educacionais com finalidade de lucro. Vale notar, no entanto, que há Instituições de Ensino Superior Privadas com sede no Brasil que são cotadas em bolsa e que têm participação acionária de indivíduos, sociedades, associações e fundos de capitais de origem estrangeira, caracterizando-se, por isso, também, como uma modalidade de transnacionalização (AZEVEDO, 2015b, p.87).

Sguissardi (2015) lembra sobre a adesão do Brasil nos Acordos Gerais de Comércio e Serviços (AGCS) da Organização Mundial do Comércio (OMC). A educação superior começa a ser vista como serviço comercial no país e passa ter 75% das matrículas do ensino superior.

Esta situação, de abertura do mercado para as IES privadas em 1997 (Decretos 2.207 e 2.306) e o IPO das quatro primeiras empresas educacionais a fazê-lo (Kroton, Estácio, Anhanguera e SEB – Sistema Educacional Brasileiro ou Colégio Osvaldo Cruz, Dom Bosco e Pueri Domus), em 2007, constituiu-se muito provavelmente no principal fator de sua acelerada expansão e, ao mesmo tempo, de desaparecimento, nos últimos 10 a 15 anos, de 2/3 das IES comunitárias ou confessionais e respectivas matrículas (SGUISSARDI, 2015, p.870).

Grupos não capitalizados são alvo para futuras aquisições ou fecham as portas com a concorrência forte de oferta de mensalidades mais baratas a fim de atrair novos clientes. Oliveira (2017) aponta o fenômeno como novo no país. Há a tendência de IES, (Instituições de Ensino Superior) existentes, como as comunitárias, entrarem em decadência. Em relação as IES com fins lucrativos, grande oferta de vagas, mas com qualidade educacional questionável. Internacionalizar a educação superior no Brasil é um tema preocupante. Napolitano (2017) afirma como os financiamentos públicos patrocinaram rendimentos com retorno seguro a poucos grupos, dentre eles estrangeiros, de faculdades privadas. O atendimento educacional de qualidade não é priorizado pelos investidores.

Oliveira (2017) considera que a entrada de grupos de investidores externos no ensino superior brasileiro enfraquece instituições menores, o que as torna fáceis de serem compradas posteriormente. O que inicialmente era uma presença indireta, via compras de ações agora existem grupos como mantenedores diretos. Presença da Laureate, DeVry e Apollo de origem estadunidense são os exemplos diretos.

Como resultado das ETN (Empresas Transnacionais) e das mudanças técnicas na velocidade de transferências financeiras, a economia global escapa à capacidade de até a mais poderosa das nações a poder controlar (embora tal não signifique, é claro, que os EUA não sejam ainda o mais importante actor da economia mundial, apesar de eventualmente não ser a economia mais bem-sucedida; quer dizer, a globalização é um fenômeno político-econômico, e não puramente económico). Isto conduziu também à criação de novas formas de governação supranacional que assumiram formas de autoridade sem precedentes. De novo, contudo, tem de ser dito que estas mudanças resultam da transformação das condições da procura do lucro, que permaneça o motor de todo o sistema. (DALE, 2004, p.437).

A presença de empresas educacionais estrangeiras e seus múltiplos grupos acionários de diversos países indica a característica pulverizada do capital e como o setor educacional privado no Brasil se transforma e se assemelha a esse processo de sociedade anônima também. Organizações educacionais internacionais como Laureate, DeVry e Apollo são exemplos de empresas transnacionais com sócios acionistas espalhados pelo globo.

### IMPACTOS DA MERCADORIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

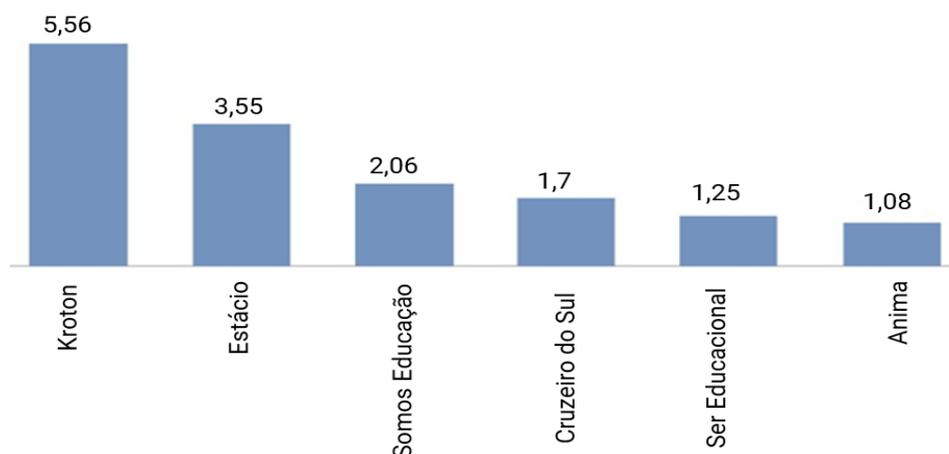
Para Dale (2004), potências transnacionais dão forma e decidem sobre as regulamentações nacionais, influenciam diretamente autoridades políticas conforme seus interesses. Pelas decisões indiretas, utilizam as políticas de Estado para os seus desejos dentro dos sistemas educacionais nacionais.

Diante das mudanças recentes no setor privado de ensino superior há muitas perguntas ainda a serem feitas. De imediato, duas me parecem fundamentais: é possível sustentar, com financiamento privado, esse crescimento pulverizado (tal

como hoje ocorre) da oferta de ensino superior no País? A padronização gerencial, didática, de conteúdos etc. (SAMPAIO, 2011, p.42).

Existe uma espécie de homogeneização do ensino, instituições procuram oferecer serviços cada vez mais padronizados e barateados. Com materiais didáticos de conteúdo raso, sem grandes reflexões e aprofundamentos oferecidos pelo tutor. Normalmente este tutor não tem os mesmos direitos e responsabilidades que a legislação exige de um professor de educação superior.

**Gráfico 2.** Maiores grupos educacionais



**Fonte:** Folhainvest, 2018.

As seis maiores empresas educacionais em faturamento demonstram o peso delas para a economia brasileira e o lobby realizado no Congresso brasileiro em manter a legislação para o ensino superior privado cada vez mais favorável aos rendimentos do mercado financeiro. Burgarelli (2017) aponta a alta lucratividade das mantenedoras privadas com o incentivo público do FIES e aumentos vertiginosos no valor de mercado. Num período de quatro anos (2011 a 2015) a Kroton teve valorização de suas ações em 827%. Em 2013 eram mais de 80 mil estudantes utilizando o financiamento público.

A validação do Cade/ Ministério da Fazenda e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para operação na Bolsa de Valores de grupos de ensino e a utilização do Pronui e Fies são maneiras de o governo federal estimular os investimentos do sistema financeiro em prejuízo da ideia de educação superior como direito público. (BUGARELLI, 2017). Há entendimento que o uso do Fies foi uma aposta para democratizar o acesso à uma graduação para a nova classe média no período, mas as taxas de inadimplência decorrentes de aperto fiscal e recessão da economia a partir de 2014 impactam esse programa de financiamento estudantil. A meta do Ministério da Educação em 2010 era oferecer 10 milhões de vagas no ensino superior.

Burgarelli (2017) cita as ações feitas para aumentar a adesão ao programa, queda dos juros anuais de 6,5% a 3,4%, como subsídio para financiar um curso de graduação. Facilitação para tomada de crédito, maior prazo de quitação e a retirada de fiador. O objetivo foi democratizar o acesso, e o preço a ser pago pelas vagas, alto. Houve aumento nas matrículas de 4 milhões em 2003 a 7,8 milhões em 2014, porém os bilhões gastos a mais com o financiamento estudantil pouco ajudaram na criação de vagas. Muitas instituições estavam oferecendo o financiamento a todos os seus alunos, até quem não precisava tomar o crédito era direcionado a fazê-lo. Segundo Burgarelli (2017) as instituições ofereciam o crédito para quem já estava matriculado, assim não haveria risco de inadimplência. Houve um caso em 2013, Faculdade Tijucussu, em São Caetano, com 1.272 alunos e 99,7% deles estavam no Fies.

Há de se pensar no retorno de tamanho investimento em qualidade de educação e crescimento da economia com um exército de graduandos formados. Em 2014 ocorreu o contrário, a economia no Brasil começara a dar sinais de crise e as ações de grandes grupos educacionais perderam muito valor. Quanto à qualidade Burgarelli (2017) apontou que o aumento do crédito não teve seu valor correspondente na qualidade de ensino. Somente 16% de 448 IES beneficiárias do Fies haviam alcançado notas medianas definidas pelo MEC.

Eram 71 instituições com Índice Geral de Curso (IGC) de número 4- nenhuma tinha índice 5, o mais alto de escala. Outras 46 instituições (10%) não tinham conceito. O IGC é calculado a partir da média dos três últimos anos dos resultados do Conceito Preliminar de Curso (CPC). Esse índice, por sua vez, leva em conta a avaliação feita pelos alunos, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e a análise da infraestrutura e do corpo docente. O conceito 3 no IGC é o mínimo para que uma instituição funcione, de acordo com a regulação do setor. Em 2013, 72% de 1.568 instituições de ensino superior no País tinham IGC 3. Só 4% chegaram a um indicador 4 ou 5. (BURGARELLI,2017, p.45).

Pode-se considerar o volume gasto descontrolado com o Fies até 2014 para as IES privadas avaliadas com índice mínimo de qualidade, em sua maioria nota 3, um indicio de falta de fiscalização desses grupos para garantirem formação de qualidade. Outro programa de democratização do acesso ao ensino superior, Prouni (Programa Universidade para Todos) concede bolsas integrais e parciais a quem ingressar em graduação privada mediante nota do Enem, ter renda familiar per capita de até três salários mínimos. A contrapartida das IES está na isenção fiscal da quantidade de bolsas oferecidas (MEC, 2019b).

O alcance do programa não é igual ao Fies, já que o estudante quando recebe bolsa integral não terá o compromisso de devolver algum empréstimo. Almeida (2017) pondera seus prós e contras do PROUNI. Há a possibilidade, mesmo que pequena, de acesso de parte da população de baixa renda conquistar um diploma de nível superior. Alguns poucos estudantes de escolas públicas e negros puderam com essa política conquistar formação e melhores condições de renda. Os fatores contrários foram não haver fiscalização para preenchimento de vagas e permanência nos cursos, alguns grupos recebiam o incentivo fiscal e não chegavam a oferecer as bolsas. Outro fator impactante na expansão do ensino superior privado são os cursos oferecidos à distância (EAD).

O aumento do oferecimento do Ensino à Distância também está relacionado a diminuição de custos. Dentre eles o de contratar menos professores, otimização de prédios, materiais recursos humanos. Nos casos de aquisições, muitos mestres e doutores são demitidos para se contratar tutores com custos bem menores. A partir da abertura na legislação para a entrada do capital financeiro nas instituições privadas, Oliveira (2017) indica mudanças na forma de dirigir os grupos com redução de custos e planos de contenções para aumento de lucro, o ensino à distância é um exemplo, como dizem Piolli e Souza (2017) teleprofessor ou tutor mesmo, com poucos professores e muitos educandos utilizando a plataforma digital. O profissional atende determinados conjuntos de alunos, o número pode chegar a 300 para um. Não há responsabilidade direta em planejar aulas, separar referências, somente serve para tirar dúvidas dos graduandos. O contato entre estudante e tutor é via *on line*, o tutor teria o prazo de até 48 horas para esclarecer qualquer questionamento da disciplina.

Já os professores, empregados nessa modalidade de ensino, veem-se diante de mutantes paradigmas gerenciais e tecnológicos que estabelecem práticas de racionalização do trabalho para aumento da produtividade, numa crescente semelhança aos processos fabris. A soma desses fatores resulta também num esvaziamento do conteúdo da profissão docente e compromete a autonomia dos professores em relação a sua prática. (PIOLLI; SOUZA 2017, p.152).

Lobby para aprovação de legislação favorável ao negócios e incentivos fiscais para se capitalizarem ainda mais. Redução de custos e profissionais qualificados. É o que indicam os pesquisadores aqui citados sobre as grandes corporações educacionais. Mediante dados de índices gerais de cursos e outras análises, há campo vasto para questionamento se o interesse verdadeiro dessas empresas é a qualidade de educação.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto o Estado brasileiro mantiver incluso o ensino superior privado no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, o fenômeno mercadológico internacional continuará e fragmentará ainda mais a Educação Superior nacional com tendências a diminuir ainda mais a participação da Educação Pública Superior. Santos (2017) define os grupos de ensino privado como criadores de serviços. Há aqueles antigos em relação a outros criados nas últimas duas décadas. Uns são cooperativos, comunitários e não lucrativos, outros, a grande maioria, quer lucro. Existem as universidades legítimas,

com pesquisa e extensão, outras tantas não são, as piores podem ser chamadas de diplomas-descartáveis.

As IES adquiriram ao longo de duas décadas demasiada liberdade e seus mantenedores fazem forte lobby no Congresso Nacional a fim de garantir maior autonomia legal dos seus negócios, inclusive financiamento público. Santos (2017) aponta para a necessidade de regular tamanho descontrolado mercadológico sem contrapartida eficaz de educação de qualidade reconhecida. Sugere a união do Brasil com países vizinhos e de língua portuguesa para fazer frente aos desejos transnacionais de comandos mercadológicos de países desenvolvidos. São questões que envolvem a soberania do país, permitir livre acesso ao ensino superior privado, com tal liberdade sem compromisso em educar e formar as pessoas, ou realizar movimento de resistência para regulamentar o setor e pressioná-lo a garantir a qualidade de seus serviços e entregar um bem público que é a educação superior.

## REFERENCIAS

AZEVEDO, M.L.N. Internacionalização ou transnacionalização da educação superior: entre a formação de um campo social global e um mercado de ensino mundializado. In: *Crítica Educativa* (Sorocaba/SP), vol.1, n.1, p. 56-79, jan.-jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22476/revcted.v1i1.24>. Acesso em: 24 jun.2019.

AZEVEDO, M.L.N. Transnacionalização e Mercadorização da Educação Superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – a expansão privada- mercantil. *Rev. Inter. Educ. Sup.[RIESup]*. Campinas,SP, v.1.p.86-106, jun/set.2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650522/16733>. Acesso em: 27 jun.2019.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). Brasília, 1988. Versão atualizada. Disponível em: [https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/Constituicoes\\_declaracao.pdf](https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/Constituicoes_declaracao.pdf). Acesso em: 25 jun.2019.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e atualizações – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 25 jun.2019.

BURGARELLI, R. Explosão do Fies: Como o ensino superior privado virou o centro dos gastos com educação do governo federal. In: MARINGONI, et al. (Org.). *O Negócio da Educação: A aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco*. Federação dos Professores do Estado de São Paulo-Fepesp. São Paulo: Olho d'Água, 2017. Disponível em: [http://fepesp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Negocio\\_da\\_educacao\\_FEPESP\\_HD-aprimorado-14mai19.pdf](http://fepesp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Negocio_da_educacao_FEPESP_HD-aprimorado-14mai19.pdf). Acesso em: 25 jun.2019.

CARVALHO, C.H.A. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. *Revista Brasileira de Educação*. v. 18 n. 54 jul.-set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n54/13.pdf> . Acesso em: 26 jun.2019.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "Cultura Educacional Mundial Comum" ou localizando uma "Agenda Globalmente Estruturada para a Educação?" *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, Aug. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302004000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 jun.2019.

GHIRARDI, J. G; KLAFKE G.F. Crescimento dos grupos educacionais de capital aberto (2010-2014): Oportunidades e desafios para o ensino superior. In: MARINGONI, et al. (Org.). *O Negócio da Educação: A aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco*. Federação dos Professores do Estado de São Paulo-Fepesp. São Paulo: Olho d'Água, 2017. Disponível em: [http://fepesp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Negocio\\_da\\_educacao\\_FEPESP\\_HD-aprimorado-14mai19.pdf](http://fepesp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Negocio_da_educacao_FEPESP_HD-aprimorado-14mai19.pdf). Acesso em: 25 jun.2019.

INSITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) *Censo da Educação Superior*. Brasília:INEP,2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file> . Acesso em: 26 jun.2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC. Conselho Nacional de Educação. *Atribuições*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao> . Acesso em: 26 jun. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC. Prouni. Programa Universidade para Todos. *Apresentação*. Disponível em: <http://pruniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 26 jun.2019.

NAPOLITANO, C. Os tortuosos caminhos de uma mina de dinheiro. In: MARINGONI, et al. (Org.). *O Negócio da Educação: A aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco*. Federação dos Professores do Estado de São Paulo-Fepesp. São Paulo: Olho d'Água, 2017. Disponível em: [http://fepesp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Negocio\\_da\\_educacao\\_FEPEP\\_HD-aprimorado-14mai19.pdf](http://fepesp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Negocio_da_educacao_FEPEP_HD-aprimorado-14mai19.pdf). Acesso em: 25 jun.2019.

NEVES, C.E.B. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: SOARES, M.S. A (Org.) *A Educação Superior no Brasil*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.304p.

OLIVEIRA, R.P. A financeirização da economia e suas consequências para a educação superior no Brasil. In: MARINGONI, et al. (Org.). *O Negócio da Educação: A aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco*. Federação dos Professores do Estado de São Paulo-Fepesp. São Paulo: Olho d'Água, 2017. Disponível em: [http://fepesp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Negocio\\_da\\_educacao\\_FEPEP\\_HD-aprimorado-14mai19.pdf](http://fepesp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Negocio_da_educacao_FEPEP_HD-aprimorado-14mai19.pdf). Acesso em: 25 jun.2019.

RIBEIRO,R.S. *Fusão Kroton/Estácio: o "final de uma novela" que dará origem a 3 novas "minisséries" no setor de educação* - InfoMoney  
Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/blogs/o-investidor-de-sucesso/post/6746809/fusao-kroton-estacio-final-uma-novela-que-dara-origem-novas>. Acesso em: 26 jun.2019.

SAMPAIO, H. O setor privado do ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. *Revista Ensino Superior*. Unicamp, v.4, pp.28-43, out.2011. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes> . Acesso em: 26 jul.2018.

SANTOS, B.S. O futuro da Universidade. In: MARINGONI, et al. (Org.). *O Negócio da Educação: A aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco*. Federação dos Professores do Estado de São Paulo-Fepesp. São Paulo: Olho d'Água, 2017. Disponível em: [http://fepesp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Negocio\\_da\\_educacao\\_FEPEP\\_HD-aprimorado-14mai19.pdf](http://fepesp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Negocio_da_educacao_FEPEP_HD-aprimorado-14mai19.pdf). Acesso em: 25 jun.2019.

SGUISSARDI, V. Educação Superior no Brasil. Democratização ou Massificação mercantil? *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/873/87343512002.pdf>> . Acesso em: 26 jun.2019.

SOUZA, A.L.H; PIOLLI, E. Expansão do ensino superior privado a partir dos anos 1990: educação mercantil e precarização do trabalho docente. In: MARINGONI, et al. (Org.). *O Negócio da Educação: A aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco*. Federação dos Professores do Estado de São Paulo-Fepesp. São Paulo: Olho d'Água, 2017. Disponível em: [http://fepesp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Negocio\\_da\\_educacao\\_FEPEP\\_HD-aprimorado-14mai19.pdf](http://fepesp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Negocio_da_educacao_FEPEP_HD-aprimorado-14mai19.pdf). Acesso em: 25 jun.2019.

Recebido em: 03.07.2019

Aprovado em 30.07.2019